

Declaração de Voto

30-10-2019

3.3 – Grandes opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2020

Preâmbulo

Todos os anos somos levados a refletir sobre os destinos do nosso Município, os objetivos e as condições económico-financeiras inerentes às metas que queremos atingir. Mais uma vez, como vereador da CML e representante da LCF, disponibilizo-me a dar o contributo para as GOP e Orçamento 2020. Contamos que haja da parte do executivo o respeito e a valorização das nossas propostas (LCF) e do esforço que todos nós fazemos para melhorar o nosso município. O reforço e o prestígio do poder local só se constroem plenamente em ambiente democrático, respeitando a oposição como forma de respeitar os eleitores que nela depositaram a sua confiança. Neste sentido, todos somos lacobrigenses e todos procuramos o melhor para a comunidade. É sinónimo de inteligência ouvir, discutir, valorizar e efetivar as propostas de outros quando se revelam benéficas para o coletivo. Infelizmente não é o caso, uma vez mais os documentos apresentados por nós não foram considerados nas GOP.

Sabemos que a problemática da reforma e inovação do Poder Local, comporta vetores estratégicos destinados a implementar um novo paradigma que valorize a eficiência na afetação de recursos destinados ao desenvolvimento sustentado.

Com efeito, a rápida alteração dos circuitos de vida dos cidadãos a nível social, económico, tecnológico e político impõe, às administrações autárquicas, novos desafios e debates sobre as fronteiras que balizam a administração central e local.

Para a comunidade, o desafio agrupa-se na necessidade das autarquias serem ainda mais eficientes e capazes de promover novas políticas municipais e de se adaptarem às exigências de uma sociedade em mutação.



Assim o novo paradigma que se pretende implementar, assenta numa nova visão, do que deve ser o novo Poder Local, assumida quer pelos “novos” gestores políticos, quer também pelas populações. É fundamental fazer dessa reflexão, um ponto de partida para as soluções, que podem melhorar o Poder Local. É fundamental, ser criada uma nova “ideia de cidade”, que se quer inovadora e integradora, e que permita atingir novas performances, necessárias para a mudança de paradigma.

As autarquias devem conhecer os seus próprios pontos fracos e fortes, as suas oportunidades, ameaças e problemas mais importantes, de forma a que possam traçar um plano de ação destinado a “vender” a sua imagem e os seus produtos de qualidade. Isto significa uma mudança radical de comportamento.

Por outro lado, cada vez mais, os habitantes participam na “vida” do município, pelo que emergem movimentos de cidadãos, procurando pensar e criar soluções para o desenvolvimento. O que está em causa é a obtenção de um serviço público de qualidade, prestado com eficiência, eficácia e economicidade e aceite pelos munícipes.

As autarquias têm de ser reinventadas. As organizações que serviram no passado encontram-se hoje, em geral, com necessidade de serem repensadas estrategicamente. Os executivos/partidos eleitos nos últimos anos não podem continuar a ter uma conduta política orientada, sobretudo, para a sua auto-preservação no poder, como forma de investirem mais em si próprios do que no interesse público. Há novas missões, novos desafios que obrigam os líderes a pôr em causa os processos e as estruturas organizacionais tradicionais. Iniciar estratégias para a implementação de uma “cidade inteligente”, como está a acontecer pelo Mundo em inúmeras cidades, é um imperativo autárquico.

Nesse sentido, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento assumem uma importância acrescida no sentido de iniciarmos o processo de “mudança”, através da assunção de um olhar novo e diferente perante os problemas que se apresentam a uma autarquia na atualidade, na aldeia global que vivemos, num

mundo em constante mutação e onde todos “competem” entre si, inclusive as autarquias.

Grandes Opções do Plano e Orçamento

1. As Grandes Opções do Plano e Orçamento são os documentos mais importantes da vida da autarquia e são elaborados pelos serviços técnicos, com instruções e orientações políticas. Algumas sugestões e críticas construtivas aqui apresentadas aos documentos, não têm caráter redutor, mas têm como objetivo único o de contribuir para melhorar as matérias autárquicas em apreço, nomeadamente a sua redação e, conseqüentemente, as estratégias nelas contidas bem como a otimização da sua operacionalidade. No entanto temos a plena convicção que estes documentos são apenas e só inspirados no programa eleitoral do PS;
2. De um orçamento, para o Município de Lagos em 2014 de cerca de 40 milhões de euros, é proposto para o ano de 2020 um montante de mais 64,2 milhões de euros a que se irá somar o resultado da gerência do exercício de 2019. Um aumento muito significativo das receitas municipais, por via da arrecadação de impostos;
3. Um dos maiores orçamentos a nível nacional, para autarquias com a dimensão da nossa;
4. Por força da arrecadação de impostos nos últimos anos e também de muita contenção e redução nos investimentos públicos Municipais (em 2018 a execução orçamental para as PPI foi de apenas 24% e a execução orçamental foi de apenas 20% do previsto), a autarquia conseguiu controlar os prazos médios de pagamento das dívidas de curto prazo, reduzindo-os apenas a alguns dias, bem como as dívidas de médio e longo prazo;

5. Na leitura do Documento das Grandes Opções do Plano, consideramos que existiu a intenção de lançar uma rede vasta sobre muitas matérias Municipais, que certamente será de todo impossível a sua concretização e que implicará, uma vez mais, uma fraca execução orçamental à imagem do que aconteceu no ano de 2018 e muito provavelmente o que acontecerá no ano de 2019. No entanto, muito ficou por considerar, segundo a nossa opinião, nomeadamente a introdução na redação do documento de questões de inovação, de competitividade e na assunção de um futuro Município integrado nas cidades inteligentes e de alguma forma o que foi escrito no preâmbulo inicial;
6. Consideramos que o documento apresentado das GOP é bem-intencionado, mas nem no espaço temporal de um mandato autárquico o mesmo é exequível. Seria bom, um documento (GOP) com uma maior racionalidade e com muito menos propostas, mas que fossem efetivamente concretizadas;
7. Ficou também por explicar para o ano de 2020, como é que os objetivos definidos no documento das GOP, irão ser concretizados em termos financeiros e quais as diversas rubricas do orçamento, onde vão ser alocados esses gastos. Não basta referir que vamos concretizar um conjunto de situações sem as quantificarmos, aguardando para ver se é possível integrá-los no orçamento. Em resumo, não é entendível a forma como se quantificam os objetivos definidos nas Grandes Opções do Plano bem como o transporte desses montantes para o Orçamento, os quais deveriam estar umbilicalmente ligados;
8. Também não os conseguimos descortinar no Plano Plurianual de Investimentos. Por cada medida definida nas GOP deveria ser identificada qual a rubrica do orçamento correspondente;

9. Assim, consultando as opções estratégicas nas GOP, constata-se que a grande maioria delas não se encontram operacionalmente fundamentadas, de uma forma geral, todo o documento carece de fundamentação mais exaustiva, de forma a não potenciar a utopia do mesmo. Não basta falar de situações que o Município enferma e referi-las avulso no documento;

10. No eixo estratégico n.º1 – Aumentar e Reabilitar a Oferta Habitacional do Município, e das estratégias referidas da E.01.01 à E.01.07 é descrito o que a autarquia pretende fazer na área da oferta habitacional. Só agora, passados que são muitos anos sobre a identificação de um problema que aflige o Município, é que a Autarquia parece preocupada com este grave problema social que tanto tem afetado os nossos Municípios, por falta de investimento, quer público, quer de privados, na construção de casas para compra a preços controlados e casas para habitação social e ainda para arrendamento. Tudo isto, devido à falta de uma visão estratégica dos gestores políticos da nossa Autarquia, que durante muitos anos não se preocuparam com estas situações;

11. Deveria a Autarquia apresentar o ponto da situação, por exemplo, desde 2002, identificando quantos terrenos adquiriu para este fim (habitação a custos controlados) e quantos fogos construiu desde 2002 até ao presente ano, de forma a aferir das razões das graves lacunas existentes atualmente sobre o assunto em apreço;

12. Compramos finalmente um terreno onde vão ser construídos cerca de 100 fogos, mas que ainda não estão definidas as tipologias dos mesmos. Andamos ainda a encomendar estudos como a “Carta Municipal da Habitação”, para identificar quantas famílias e jovens precisam de habitação, quando o problema se manifesta todos os anos e afeta todos, as famílias, os jovens e a economia da cidade no que concerne à contratação de pessoal para trabalhar que não encontram acomodação

para vir para Lagos trabalhar. Até a contratação de professores que vêm deslocados para Lagos é um problema presente e que se irá agudizar de ano para ano, dado que estes profissionais na área da educação não conseguem arranjar casa para alugar e quando arranjam é a preços proibitivos;

13. Por outro lado todos nós sabemos que as necessidades habitacionais, são hoje, sem qualquer estudo que o sustente, mas apenas confiando na perceção individual, bem como fazendo fé nas inscrições das pessoas na autarquia à procura de casa, superiores 5 ou 6 mais que a construção dos 100 fogos que a autarquia pretende construir, que não sabemos ainda em que ano poderão estar prontos para entrega e venda aos interessados;

14. Faltam fazer os projetos, arranjar parceiros para construir os fogos, através do lançamento de concursos públicos para esse fim e por fim construir, que poderá levar de 3 a 4 anos a concretizar. **No Plano Plurianual de Investimentos, não faz qualquer referência ao início da construção destes 100 fogos até ao ano de 2023, o que não deixa de ser deveras caricato para quem anda a anunciar a construção de fogos Municipais. No entanto na RC foi dito que este investimento estava considerado na rubrica 2020/35 (Reabilitação do parque habitacional Municipal) e previstos 150.000 mil euros de investimento até 2023. Conclui-se que existe um discurso de intenção de construção pela Câmara, mas na prática não são considerados nos documentos das PPI, porque reabilitar não é construir, e 100 apartamentos custam a construir, um montante superior a 5 milhões de euros e não 150.000 mil euros;**

15. Ou seja, por uma deficiente visão urbanística no nosso PDM e PU, por responsabilidade dos gestores políticos ao longo dos últimos 10/15 anos, que não consideraram este tipo de construção habitacional vocacionado para a classe média e para as classes mais desfavorecidas da população.

Foi desenvolvido o nicho de mercado mais caro, voltado para as segundas habitações e que naturalmente são também necessárias para atrair outro tipo de pessoas à nossa cidade e que visam o lucro dado que são os promotores urbanísticos a concretizar estes projetos;

16. Lagos com Futuro considera que o problema da habitação em Lagos deve ser encarado com mais seriedade e como uma prioridade estratégica para a sustentabilidade social e humana do Concelho, e nos próximos 10/15 anos a Câmara deve definir um plano orçamental ambicioso e rigoroso nesta área tão sensível;
17. No eixo 2 e na rubrica E.03.09 – Avaliar a realoção do novo Quartel de Bombeiros, continuam as dúvidas sobre o que fazer com o quartel da Bombeiros, dúvida essa que já vem expressa em vários documentos de anos anteriores do documento das GOP, logo este é um assunto para tornar mais bonita a redação das GOP, assim como em outras situações descritas nas GOP, que à partida o Município não vai conseguir concretizar;
18. Existem terrenos para o realoção? Se sim, quais as opções? São terrenos camarários? Se não são, quanto vão custar? Tem a Câmara Municipal desafogo orçamental para ajudar a construir um quartel de raiz? São estas questões que se deveriam ter como esclarecidas;
19. No objetivo estratégico E. 03. 03 (Implementar o Nipsa), sem dúvida que importa desenvolver estratégias para resolver o problema, mas parece-nos que o Município, desde há muito, deveria fazer algo de concreto no sentido de resolver este e outros problemas que enfrentamos na cidade, como são também os grupos de pessoas que tornaram partes da nossa cidade num ghetto, com cães a acompanharem e ocuparem a via pública e a assustarem as pessoas (constituindo um fator de insegurança para a

comunidade). Não basta o escudar atrás de estudos no âmbito social à espera que os problemas se resolvam;

20. No objetivo estratégico E. 04.02 (Implementar a 3.^a fase do anel verde (Parque da Cidade)) não conseguimos descortinar qualquer verba nas PPI para realizar esta obra;

21. No objetivo estratégico E.04.03 – (Ordenar a venda ambulante) dado que se trata de um assunto tão sensível na nossa cidade, não nos parece correto a não fundamentação nas GOP deste ponto. Todos sabemos que foram transferidos os vendedores ambulantes para a Avenida em 2014, uma situação provisória que continua a persistir, sem que a autarquia resolva arranjar um sítio alternativo, digno que seja do agrado destes comerciantes. Entretanto a cidade no verão tem sido invadida por vendedores, em sítios centrais que fazem os seus negócios em vários sítios da cidade à revelia da Autarquia;

22. No Objetivo Estratégico E.05.06 – Criar uma Identidade para as rotundas – carece de melhor fundamentação, já que até hoje não existe nenhuma identidade para as rotundas. Será que a Autarquia pretende implementar o que propusemos em reunião de Câmara relativamente a cuidarmos das nossas rotundas através de sponsors/padrinhos e que não foi considerada? É que todos sabemos que noutros Concelhos esta solução tem resultado, no melhoramento das rotundas com a respetiva poupança de dinheiro por parte dessas Autarquias;

23. Se a criação de Identidade para as rotundas for baseada no pressuposto referido no ponto anterior, Lagos com Futuro apoiará, independentemente de não terem tido em consideração a nossa anterior proposta, já que a poupança obtida será bastante relevante para os cofres da Autarquia com uma poupança de aproximadamente meio milhão de euros;

24. Relativamente ao objetivo Estratégico n.º 12 – Incrementar a participação dos cidadãos – a fundamentação baseia-se apenas no Orçamento Participativo. Existem dezenas de formas de apelar à participação das pessoas e que devem ser consideradas;
25. No Objetivo 24 e programa 2 (Ordenamento do território) do Plano Plurianual de Investimentos estão inscritos na alínea h) (outros) a quantia de 70.861.311 milhões de euros ao longo dos próximos anos. Na gestão do Plano de Pormenor do Odiáxere estão contemplados 10.055.500 de euros. Na gestão do Plano de Urbanização de Lagos estão inscritos 9.996.000 de euros. Quais os serviços de gestão que estão contemplados nestas rubricas e em todas as outras, para a Câmara ir pagar mais de 70 milhões de euros?;
26. De seguida vamos apresentar as propostas que realizamos ao executivo, mas que não foram consideradas nas GOP nem no Orçamento, como é hábito;

PROPOSTAS

1- Sobre Visão/Plano Estratégico

- As Autarquias desde há anos, procuram através da realização de Planos Estratégicos, o desenvolvimento sustentável dos seus territórios. O novo paradigma autárquico, impõe novas soluções, tendo em conta, não a continuação apenas e só do antigo paradigma da “obra visível”, que provocou elevados endividamentos nas Autarquias, mas também através de novas soluções para os Municípios, que permitem um maior desenvolvimento económico/social, através da participação de todos os interessados, que somos, em primeiro lugar, todos nós, contribuindo com

a discussão de ideias, mas também, associado, com acordos/protocolos com as Universidades, tendo em conta as suas competências, e onde se produz, mais e melhor “Conhecimento Científico”;

- Realizar diagnósticos das nossas fraquezas e forças, das oportunidades e ameaças latentes nos mercados, abrindo esta discussão, às diferentes sensibilidades existentes na Universidade, nomeadamente no âmbito da economia/gestão, do urbanismo/arquitetura, da sociologia, do marketing e comunicação, da biologia ambiental, marinha e terrestre, do social, do desporto, do turismo, das engenharias, da saúde, entre outros, é um novo caminho que terá que ser percorrido, casando todas os diversos conhecimentos/ciências;
- Convidar alunos da Universidade, através de um protocolo de cooperação, que estejam a concluir licenciaturas, que estejam a frequentar cursos de mestrados, de doutoramentos e pós doutoramentos, que queiram realizar trabalho técnico e científico no âmbito de trabalhos e estudos universitários, sobre a nossa Autarquia, é um novo e inovador caminho, para obtermos conhecimento científico sobre a nossa terra, e conseguirmos diferenciar e situar estrategicamente a nossa cidade, tendo em conta as suas especificidades, comparativamente com outras cidades;
- Convidar alunos da universidade, que queiram vir realizar estágios profissionais na nossa autarquia, no âmbito da conclusão de licenciaturas, também pode ser outra medida potenciadora de mais-valias para a nossa autarquia;
- Através de acordos de cooperação com a Universidade, podemos encetar um novo caminho, diferenciado e inovador na sua implementação.

Propomos

Encetar conversações com a Universidade do Algarve e/ou com outras Universidades Nacionais e Estrangeiras, no sentido de aprofundar acordo(s) de cooperação, inovadores na sua essência, com a nossa Autarquia, com o objetivo de encontrar novas “visões” para o futuro da nossa Terra, e consequentemente nos projetarmos para patamares superiores de desempenho Autárquico.

É também uma forma de podermos fixar estudantes de mestrado e doutoramento que possam regressar a Lagos no pós-licenciatura, convidando as universidades a fomentarem estes níveis académicos no nosso concelho em áreas relacionadas com o turismo de natureza, investigação na economia do mar, etc. Estes níveis académicos, por terem um universo populacional mais reduzido que as licenciaturas, poderia ser viabilizado com o apoio logístico da CML.

2- Sobre Mobilidade

- Realizar um estudo/diagnóstico, para implementar um projeto com ações destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas com dificuldades de mobilidade condicionada e de deficientes físicos, eliminando e/ou reduzindo as barreiras físicas existentes no Município, para a persecução desse objetivo;
- Realizar um diagnóstico sobre as passadeiras para peões e se elas se encontram adequadamente instaladas e realizar as respetivas alterações/correções para a salvaguarda dos peões que as atravessam diariamente;

3- Sobre Turismo

- Apostar na realização de um Roteiro Turístico do Concelho de elevada qualidade de conteúdos e gráfica, com indicação dos locais a visitar, do património histórico mais relevante, das paisagens urbanas e naturais, dos produtos locais (gastronomia, artesanato, vinhos, etc.);
- O aproveitamento do potencial e da atratividade turística do Concelho, cada vez mais, tem de apostar na diferenciação e na qualidade do serviço, tendo no profissionalismo um fator de competitividade, pelo que os programas de formação profissional devem ser orientados para a melhoria das competências técnicas e de atendimento, preferencialmente personalizado, sempre afável, acolhedor e com elevados padrões de qualidade;
- Reformular locais da nossa Avenida de forma a implementar bolsas de estacionamento para autocarros de turismo no sentido dos mesmos poderem estacionar, e dando hipótese aos turistas visitarem a nossa cidade.

4- Sobre Economia

- Para facilitar a atuação das empresas e apoiar os empresários criar o Gabinete do Empresário e do Investidor, órgão de natureza estratégica, onde se juntarão sinergicamente a capacidade e a experiência dos empresários e investidores, com técnicos, investigadores e cientistas qualificados nas respetivas áreas de negócio e de saberes, por forma a valorizar a imagem de marca “Lagos dos Descobrimentos” e a promover a economia e os negócios locais;
- O Gabinete do Empresário e do Investidor, elaborará uma estratégia de comunicação e promoção da marca “Lagos dos Descobrimentos”, continuando a aposta no sector turístico, acrescentando-lhe, entre outros, a mais-valia da gastronomia local, como o pescado fresco e os mariscos,

valorizando os produtos locais, apostando nos mercados tradicionais e nichos de mercado já descobertos, mas tentando encontrar novos públicos-alvo;

- O Gabinete do Investidor e do Empresário servirá de porta única para os apoiar e orientar no contacto e acesso aos serviços municipais e aos órgãos autárquicos, agilizando recursos e parceiros capazes de uma resposta rápida e eficaz que se adequem às necessidades de quem pretenda investir, instalar empresas e realizar negócios, ajudando na identificação das oportunidades, os potenciais parceiros e na captação de recursos e meios que facilitem a concretização das oportunidades e iniciativas de investimento.

5- Sobre Feiras, Mercados, Conferências (Espaço Multiusos)

- Iniciar estudos no sentido de um espaço Multiusos que permita, para além da utilização deste espaço para a realização da Feira da Arte Doce, também a utilização do mesmo para a realização de eventos regulares todo o ano no nosso Concelho, que ajudarão a nossa economia, mas também se traduz em mais uma medida de combate à Sazonalidade.

6- Sobre Desporto

- Com vista à promoção do desporto propomos a criação do Conselho Municipal do Desporto, nele participando técnicos municipais, representantes das associações e clubes, dos treinadores e dos atletas, destinado a definir os objetivos do sector, a coordenar e a elaborar um plano estratégico plurianual das atividades desportivas, programando em conjunto com as associações do sector a realização dos diferentes eventos e competições;

- Valorizar a zona envolvente ao Estádio Municipal, para passar a funcionar como um espaço qualificado para a prática desportiva e de lazer da nossa cidade;
- Instituir de novo a Gala do Desporto como forma de prestigiar os atletas e os clubes que se esforçam por ir além dos níveis de formação, dando mais relevo ao município. Este evento deve ser promovido e organizado pela própria CML, com a colaboração dos Clubes/Associações, ao invés do ónus incidir apenas sobre estes.

7- Sobre Proteção animal

- Garantir um Município livre de espetáculos que explorem animais, como circo e touradas;
- Criar um banco alimentar para apoiar cuidadores de animais de rua;
- Instalar um forno crematório Municipal para animais domésticos, respondendo às necessidades de encontrar uma solução digna, bem como para cumprir as regras comunitárias;
- Colocar em prática o programa estruturado anual de esterilização de animais.

8- AMBIENTE

- Reformular os projetos de rotundas e zonas de arruamentos onde persistem áreas extensas de relva e deste modo retirar estas áreas verdes substituindo-as por outros materiais decorativos considerando o elevado consumo de água que está inerente à sua manutenção.

- Promover os estudos e projetos necessários para promover o armazenamento de águas pluviais em zonas estrategicamente funcionais do nosso município.

E ainda:

O Município, em colaboração com as empresas e cidadãos deve assumir a liderança em conceber um programa promocional bem fundamentado e estruturado de atração do investimento privado para ganhar a atenção de investidores internacionais. Nele potenciar o clima, a segurança, a qualidade paisagística, ambiental e urbana, a ligação histórica e patrimonial sob a marca “Lagos dos Descobrimentos”, posicionando-a nos mercados mais adequados e nos nichos do mercado turístico internacional com maior potencial na criação de riqueza e motivando e apoiando os nossos empresários para que estes se integrem nesse programa e consigam conquistar mercados para os seus produtos e serviços.

Face ao exposto o meu voto é o de abstenção.

Luís Barroso

Vereador Lagos com Futuro